

O corpo da mulher traficada

território de reivindicações e disputas políticas

*The trafficked woman's body:
territory of political claims and disputes*

Charlotte Valadier

*Doutoranda no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI-PUC Rio)
charlotte.valadier@gmail.com*

Beatriz Brandão

*Professora de Sociologia na Universidade Federal
de Rio de Janeiro (IFCS - UFRJ) e doutora em Ciências Sociais
pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio)
brandao.beatrizm@gmail.com*

03

Resumo

Esse artigo analisa as relações entre as categorias prostituição e tráfico de mulheres em seus diferentes significados atribuídos ao corpo. A partir da reflexão do corpo da mulher que se prostitui como um território de disputas políticas, relaciona-se as fronteiras de reivindicações do seu corpo com as fronteiras geopolíticas entre os Estados do Sul e do continente europeu. Para tal, o percurso da corporalidade feminina será examinada através da articulação dos conceitos de *corpo de uso* e *corpo usado*. Os estereótipos associados à mulher traficada, vista ora como “vítima”, ora como “ilegal”, ou até como “vítima criminoso” serão sondados, com o fim de expor os limites da visão convencional do corpo como “risco” ou “ameaça” a ser controlado e regulado. As visões dicotômicas dominantes serão criticamente superadas, por meio da desconstrução das representações simplistas da “vítima” traficada, ignorante e vulnerável, em favor de descrições que ressaltam melhor a ambivalência e heterogeneidade de cada trajetória pessoal.

Palavras-chave: Migração Sul/Norte. Prostituição. Corpo. Tráfico sexual. Vitimização. Criminalização.

Abstract

This article analyzes the relationships between the categories of prostitution and trafficking of women in their different meanings related to the body. It begins by reflecting on the prostituted woman's body as a territory of political disputes, by making a link between the boundaries of her body's claims and the geopolitical borders between states from the South and Europe. The trajectory of the female corporeality will be examined, by articulating the concepts of *body as a use* and *used body*. The stereotypes associated with the trafficked woman, sometimes seen as a “victim”, “illegal,” or even “criminal victim” will be scrutinized, in order to expose the limitations of the conventional view of the body as “risk” or “threat” that has to be controlled and regulated. The dominant dichotomous approaches will be critically overstepped, by decon-

structuring the simplistic representations of the trafficked, ignorant, and vulnerable “victim”, in favor of descriptions that emphasize much more the ambivalence and heterogeneity of each personal experience.

Keywords: South/North Migration. Prostitution. Sexual. Body. Sex Trafficking. Victimization. Criminalization.

Introdução

No presente artigo analisaremos as relações entre as categorias *prostituição* e *tráfico de mulheres* em seus diferentes significados atribuídos ao corpo. Para isso, partimos da reflexão do corpo da mulher que se prostitui, do corpo sexual como um território de reivindicações e disputas políticas, ao relacionar as fronteiras do corpo com as fronteiras entre os Estados do Sul Global¹ e os Estados europeus². Os sentidos atribuídos ao corpo da mulher, outrora prostituta primeiramente em seu país de origem e num segundo tempo em condição de traficada em outro espaço territorial e cultural, são buscados na análise do percurso da corporalidade feminina, onde caminhos objetivos e subjetivos se entrecruzam.

A partir das literaturas relacionadas às questões do corpo, da prostituição e do tráfico sexual, buscamos, traçar um paralelo entre a passagem da mulher trabalhadora do sexo – problematizada como tendo um maior exercício de autonomia e mais propriedade sobre o próprio corpo, identificado como instrumento de trabalho – para a condição de “traficada”, ilegal em outro território, e mais particularmente em espaços europeus. Assim, atribuímos um paralelo entre a desapropriação do corpo com o deslocamento da mulher proveniente de países “em

¹ Por “Sul Global”, entendemos o conjunto de países em desenvolvimento, em grande maioria provenientes do hemisfério Sul do planeta, que compartilham uma história comum de colonialismo e neocolonialismo.

² Por “estados europeus”, entendemos os Estados que fazem parte da União Europeia, com nível de desenvolvimento e industrialização geralmente elevados.

desenvolvimento” que passa a estar em Estados do continente europeu que a criminalizam como estrangeira não documentada.

Ao atravessar as fronteiras europeias, além de perder um certo controle sobre o próprio corpo, a migrante perde ao mesmo tempo seu *status* de cidadã, que a ligava até então ao Estado de origem, o que a deixa sem proteção jurídica e, portanto, em situação de extrema vulnerabilidade. Ao passo que estão numa trama de *ilegalismos* (TELLES, 2010), o Estado de recepção também produz políticas de vitimização da migrante prostituta, que formam nuances de desapropriação do corpo com a migração e tráfico. Esse aparente paradoxo será refletido a partir do conceito de “vítima criminoso” (JAKSIC 2008; 2011) que desenvolve um duplo processo de vitimização e de criminalização. Nesse contexto, estarão apresentadas as interpretações comuns associadas as duas categorias, “prostituição”, e “tráfico”, qual a passagem de uma para o a outra e quais os significados que se transformam na relação com seus corpos. No primeiro momento, existe o entendimento do prostituir-se como ato de uma profissão, já no tráfico, se perde o eixo profissional, pois estão ali como objetos de serviço, tendo a concepção do consentimento como chave compreensiva.

Na via de se compreender os paradigmas que residem no complexo conceito de consentimento, é possível inferir algumas reflexões sobre os possíveis contextos e momentos da prostituição. Produzimos, então uma reflexão de que seus corpos se transformam num campo político e dinâmico de disputas pela tutela do Estado de recepção (protetor ou criminalizador em suas duas faces) ou pelas relações de poder das ligas criminosas que as traficam.

Será analisada os modos como as mulheres vivenciam as próprias experiências da migração, do tráfico sexual e/ou de trabalho do sexo. Especial atenção será dada em como elas se posicionam nos diferentes contextos, como percebem as relações de poder nas quais estão inseridas, de que modo vivenciam as suas interações sociais múltiplas, como constroem as suas identidades pessoais e laborais, e quais são as possíveis estratégias de resistência face as suas condições e estigmas sociais.

Em vez de levar em conta a complexidade das situações e das experiências, dentro de uma visão pluralista da questão, notam-se divisões ideológicas radicais entre vertentes e autores, dentro do debate sobre a prostituição e o tráfico sexual. Por um lado, autores de tradição abolicionista enfatizam a violência e o perigo ao qual as mulheres estão expostas. Nessa perspectiva, e a colocação do corpo da mulher a disposição no mercado do sexo incarna a sua opressão pelos homens e pelas normas patriarcais de nossas sociedades. A noção de “consentimento” nesse contexto torna-se irrelevante, uma vez que tanto o tráfico sexual como a prostituição equivalem à escravidão sexual. Essa visão rejeita a ideia de normalização de um trabalho sexual e negam que as mulheres migrantes possam as vezes ser agentes independentes e livres de usar o sexo comercial para fins instrumentais. Por outro lado, autores de tradição liberal, focam na tentativa de agência das mulheres migrantes e na regularização do “trabalho sexual”, com o fim de melhorar suas condições de trabalho.

Frente ao já produzido conceituamos e diferenciamos duas abordagens em relação ao corpo: o *corpo de uso* e o *corpo usado*. Compreendemos o *corpo de uso*, como o qual onde a mulher assume suas ações, o gerencia e dinamiza. O *corpo de uso* é aquele que ainda a pertence à mulher em suas possibilidades subjetivas. Se antes o corpo era matéria-prima, “de uso” próprio, no tráfico não há mais a autogestão, a mulher perde essa dimensão e passa a ter seu *corpo usado*, usado para a obtenção de lucros para os traficantes, usado para a justificativa de medidas europeias antitráfico ou de políticas migratórias restritivas. Se na primeira categoria, a mulher usa a prostituição como trabalho, como fonte de recurso ou de autonomia, na categoria do tráfico, a prostituição torna-se sinônimo de escravidão e exploração sexual em benefício das redes criminosas, ou sinônimo de ameaça para vigilância das fronteiras estatais e para soberania do Estado em geral. Diluem-se as possibilidades de empoderamento, uma vez que a gerência e o controle do próprio corpo lenificam.

Como o intuito não é reificar categorias imóveis, após a apresentação desses polos teóricos de debate, pretendemos analisar as superações e desconstruções contemporâneas desses discursos, através da literatura que preza essa realidade nos Estados europeus de recepção e que tenta distanciar-se das representações dominantes simplistas e uniformes da mulher proveniente dos países do Sul Global, “vítima” traficada, desamparada e sem agência (BERMAN, 2003), em favor de descrições mais apropriadas e multifacetadas da questão do tráfico sexual e todo o contexto que o adorna e dialoga com ele.

Corpo e território

No entendimento do corpo como ação simbólica das trajetórias e biografias dos percursos, escolhemos uma abordagem que põe em diálogo o corpo da mulher, a prostituição e tráfico sofrido por elas. Não é corpo em ausência, mas sim como ator e veículo de comunicação das esferas e dos trânsitos permanentes, pois “compreender a comunicação é também compreender a maneira como o sujeito, de corpo inteiro, nela participa” (LE BRETON, 2009, p. 40). É o corpo como vetor de diálogo constante que assinala o estar e a entrada para compreensões de autonomia e agência. Como assinala Bourdieu:

O corpo funciona como uma linguagem pela qual mais se é falado do que propriamente se fala, uma linguagem da natureza, onde se trai o mais escondido e o mais verdadeiro simultaneamente, porque o menos conscientemente controlado e controlável, e que contamina e sobredetermina com suas mensagens percebidas e não percebidas todas as expressões intencionais, a começar pela palavra (BOURDIEU, 1977, p. 01)

Partindo da perspectiva de Merleau-Ponty (2014) sobre o *corpo como carne do mundo*³, nos indagamos como são transformados em diálogo relacional com o mundo. Quando pensamos na prostituta e sua relação com o corpo, vemos a corporalidade dessa categoria como, simultaneamente, social e individual, numa resistência material e simbolicamente, a diversas atitudes. Por isso, nossa análise pretende reconhecer o corpo dessa mulher, em seus diversos deslocamentos e (re)apropriações, como carne no mundo capaz de se transformar constantemente, mostrando a elasticidade corpórea e sua simbiose com o meio social.

A simbólica corporal traduz a especificidade da relação com o mundo de certo grupo num vínculo singular e impalpável, mas eminentemente coagente [...] O indivíduo habita seu corpo em consonância com as orientações sociais e culturais que se impõem, mas ele as remaneja de acordo com seu temperamento e histórias pessoais. (LE BRETON, 2009, p.41).

Como apontado na citação acima, o corpo produz conhecimento através de suas experiências sensíveis, dando pistas abertas sobre quem é ao se relacionar com quem está a sua volta. Para além do corpo como um vetor relacional, como na perspectiva de Le Breton, entendemos também a sua ação como produtor de espaço e imagem corporal. Nessa vertente, Paul Schilder (1999) trabalha a imagem corporal e destaca a ação dos símbolos nessa construção: “a imagem corporal ultrapassa os limites do corpo”:

³ Em seu livro “O Visível e o invisível” (2014) Merleau-Ponty reflete sobre a imbricação do corpo no mundo, tendo o corpo como sensível exemplar. Em sua ótica, o corpo é criador de sentidos, performances, movimentos, tem o poder de desequilibrar e inverter por meio das dobras do corpo no mundo. “Movimento, tato, visão, aplicam-se ao outro e a eles próprios. No trabalho paciente e silencioso do desejo, começa o paradoxo da expressão”

Existe uma inteligência do corpo da mesma forma que existe uma corporeidade do pensamento; entretanto, isso apenas demonstra a existência de um sujeito, o qual pertence a sua carne da mesma forma que essa lhe pertence numa relação ambígua que é a própria relação humana” (LE BRETON, 2009, p. 44).

Trazemos tais conceitos essa trilha do corpo como forma de compreensão da estrutura e como extensão, objetos, sentidos, doenças ou expressões concernentes a ele. O corpo da mulher proveniente dos países do Sul Global, desse modo, está inscrito num percurso que as formas de tratamento e visões internas e externas se transmutam, seja na teoria e bibliografia produzida ou nos limites políticos e ações dos Estados europeus. Por isso, a premissa a ser problematizada aqui se apresenta no corpo que se converte num território, no qual as fronteiras estão postas em disputa política entre os agentes ilegais, o Estado e elas próprias, onde espaços de interesse demarcam novas posições em suas corporalidades, tornando-o um campo político de disputas. Esse campo de disputas ou de campo de guerra (ARDENNE, 2001) ou de batalha demonstra o corpo como um:

Âmbito conflituoso difícil de delimitar, um lugar de convergência ou disputa de complexas pulsões morais, biológicas e políticas. A batalha social, a luta de gêneros e de classes desenvolve-se em *seu* corpo, mesmo que, nem sempre, você se dê conta disso. (RAMIREZ, 2003, p. 14).

Diante de uma complexidade sobre os limites e atuações do corpo num território ou se convertendo como território as teorias não podem ser essencialistas. No trajeto que optamos, serão feitas análises dos conceitos de *corpo de uso* e *corpo usado* dentro das linhas teóricas construídas sobre os temas da tríade corpo, prostituição e tráfico sexual. No entanto, chegaremos às interpretações que desconstroem essas perspectivas dualistas que prezam pelo antagonismo *ativo versus passivo*,

com o fim de refletir sobre a identidade corporal mais complexa, que se revela justamente nas interseções entre as relações, os interesses e as disputas específicas entre atores. De fato, o corpo das mulheres prostitutas se insere como campo diante de competições políticas dinâmicas. Sendo assim, as mulheres trabalhadoras do sexo são posicionadas no meio de uma trama de interesses e reivindicações pela tutela de seus corpos. As narrativas dominantes sobre prostituição e tráfico sexual não emergem de sujeitos neutros e engajados com uma realidade objetiva, mas refletem propósitos e interesses políticos e sociais preexistentes.

Por todo esse debate, conceitualizamos o corpo da mulher proveniente do chamado “Sul Global” como um território, no qual as fronteiras estão postas em disputa entre os Estados, os traficantes e elas próprias, onde espaços de interesse demarcam novas posições em suas corporalidades. Mais especificamente, iremos estudar como a passagem do *status* de prostituta regular e autônoma no seu próprio país à mulher traficada no países europeus, implica uma transferência da soberania do próprio corpo, tornando-se alvo de tentativas de apropriação por partes de diferentes atores. O *corpo de uso* leva em conta o trabalho sexual como condição para a agência e o empoderamento da mulher prostituta.

O corpo como carne no mundo e do mundo pode ser visto a partir das diversas interpretações do corpo como instrumento de trabalho, como abusado e explorado ou no imbricamento das diversas perspectivas. Nesse tópico, abordaremos o conceito de *corpo de uso* por meio da tradição liberal, que concebe os seres humanos como agentes racionais e defende uma concepção individualista de natureza humana. Por ser dotado da razão, o indivíduo tem a capacidade de pensar e agir racionalmente, e portanto, de exercer sua autonomia e afirmar suas escolhas pessoais.

Para autores com uma visão liberal sobre o tema, os profissionais do sexo deveriam ter o direito de trocar serviços sexuais em seus próprios termos e próprias condições, tendo como reivindicação básica a possibilidade de negociar precisamente o tempo, o montante e o serviço específico, sem intromissão do Estado, polícia, proxenetas, ou clientes.

Exigem respeito e dignidade, reclamando o direito de trabalhar em condições seguras e saudáveis, e de se organizarem como profissão, da mesma forma que em qualquer outro setor profissional.

Removing sex workers' fundamental right to choose – whether to work, how to work, when to work, and where to work – is a flagrant infringement of their basic working rights, their integrity, and their humanity, not a universal and inherent feature of the sexual exchange. (MC CLINTOCK, 1993, p 4).

Os defensores da visão liberal afirmam que apenas o uso da força pode ser usado como um critério para definir situações de tráfico com fins de exploração sexual. Com efeito, segundo esses teóricos liberais sobre a prostituição, a leitura radical nega a agência das mulheres que entram no comércio sexual de forma voluntária. Em contraste, a perspectiva liberal enfatiza a liberdade e a escolha individual da maioria dos trabalhadores do sexo (KEMPADOO e DOEZEMA, 1998). Está centrada nas noções de agência e empoderamento, referindo-se à capacidade dos atores sociais para influenciar as relações de poder em que estão inseridos, bem como para reorientar do discurso sobre o trabalho sexual como positivo e capacitador (OUTSHOORN, 2004). Portanto, a abordagem liberal sobre a prostituição concebe o corpo como *corpo de uso*, instrumento de trabalho e fonte de recursos e de poder. O corpo torna-se mão de obra ou o objeto pessoal do qual a mulher que se prostitui faz uso, como qualquer outro tipo de trabalhador.

Nesse sentido, agem na denúncia do caráter paternalista das leis e dos programas internacionais e nacionais de combate ao tráfico sexual, defendendo a descriminalização dos mercados da prostituição, ao considerar que o controle da atividade da prostituição e as políticas restritivas em matéria de imigração são responsáveis da subordinação das mulheres (AUGUSTIN, 2007). Essas leis têm como objetivos, entre vários outros, de condenar todas as formas de proxenetismo, proibir toda compra de um ato sexual, suprimir a condicionalidade das per-

missões de residência às pessoas prostituídas estrangeiras, suprimir toda medida repressora contra as pessoas prostituídas, e promover políticas de prevenção da prostituição e de educação para a igualdade entre mulheres e homens.

De fato, as leis abolicionistas são condenadas por colocar as trabalhadoras do sexo em maior risco de violência e exploração (WIJERS, 1998). Segundo Mc Clintock (1993), muitas vezes, os trabalhadores do sexo não podem denunciar à polícia clientes perigosos, proxenetas violentos, ou casos de estupro, por medo de se expôr a riscos de prisão, multas exorbitantes, deportação, perda de custódia dos filhos, confisco de bens pessoais, expulsões da moradia, entre outros. As leis abolicionistas são apoiadas por atores sociais com convicções diferentes das dos que têm uma perspectiva liberal, a saber: para quem atividade sexual num âmbito mercantil se associa a um modelo de culpabilização e para correntes radicais no feminismo, que serão exploradas mais adiante neste artigo.

Partindo de uma perspectiva liberal sobre a prostituição, podemos conceber a presença da migrante trabalhadora do sexo, não em termos de “vitimidade” mas em termos de “empoderamento”, abrindo assim o caminho à expressão de práticas autônomas e de resistência. Trata-se, nesse sentido, de enfatizar as expectativas e os desejos das migrantes que trabalham na indústria do sexo. Um aspecto relevante, muitas vezes ressaltado pelos teóricos liberais é a sensação de autonomia e de emancipação que a prostituição pode oferecer, por não ter que depender economicamente de ninguém.

A estabilidade de um rendimento mensal pode permitir às migrantes prostitutas se sentirem mais independentes e mais fortes para impor seus desejos, opiniões e formas de vida aos possíveis companheiros violentos ou autoritários (MAYORGA, 2011). Desse modo, a prostituição, ao contrário da conotação negativa vinculada à exploração, pode ser vivenciada positivamente. A migração pelo dinheiro, mesmo incluindo a venda de sexo e o envolvimento em atividades ilegais, pode tornar-se uma forma aceitável para assumir um papel adulto. Num contexto caracterizado pela pobreza e pela necessidade

de sobrevivência, “fazer dinheiro” é um objetivo que permite as jovens migrantes realizar seu desejo de alcance de autonomia psicológica e de mobilidade social ascendente (MAI, 2014).

Enxergar a prostituição a partir da visão que une corpo e trabalho abre para o entendimento da relação do profissional com os aparatos de poder e suas alterações subjetivas, no tocante à agência social e as transformações na economia do sexo. Sexo, afeto, poder se entrelaçam ao denotar a sexualidade como recurso e mobilizador de capitais, simbólicos ou não. O *corpo de uso*, além de estar ligado à capacidade de exercer a autonomia de trabalho e de obter ganhos, toca também a dimensão das escolhas pessoais e dos desejos. Com a inspiração das teorias liberais sobre a prostituição, vemos que os trajetos e biografias corpóreas expandem as discussões sobre os caminhos da economia do sexo nas decisões cotidianas, enfatizando um caráter mais subversivo do que moralizante.

O corpo usado ou o tráfico sexual como escravidão e alienação da mulher

Se as ativistas de tradição liberal militam por uma postura anti-abolicionista e de abertura nos limites da relação corpo e trabalho nas economias sexuais, por outro lado há o argumento de que a prostituição é uma forma categórica de opressão e subordinação social das mulheres. Pela perspectiva radical, o corpo traficado é visto apenas pela ótica daquele como abusado e explorado, cuja prostituição é sinônimo de escravidão sexual. A teoria que embasa esse pensamento não leva em conta a interpretação de um *corpo de uso* em nenhum momento da prostituição, seja ela consentida ou não, pois consideram que, no ato de prostituição, o sexo é objetivado, ou seja, é transformado em mercadoria a ser comercializada na indústria do sexo.

Essa abordagem enxerga o ato de exploração sexual como prejudicial em si, porque se baseia em abusos e mecanismos de desumanização. Segundo Carole Pateman (1988), o contrato sexual, pelo qual as mulheres vendem seus próprios corpos no mercado sexual, baseia-se em uma noção fictícia de consentimento. Os autores ditos “radicais” em relação

à prostituição pensam que a prostituição é fundamentalmente errada, porque mercantiliza aquilo que não pode ser alienado do *self*: o próprio corpo. O uso sexual do corpo por meio do contrato prostitucional exige que a mulher aliene a integridade do corpo com o *self*, gerando graves consequências físicas e fisiológicas (BARRY, 1995; JEFFREYS, 1997). Carol Pateman argumenta que “*selves are inseparable from bodies*” e que a contratação do uso do corpo é diferente das outras formas de emprego, uma vez que a prostituta se dissocia de sua sexualidade e, portanto, de sua feminilidade (PATEMAN, 1988, p. 207). Sendo assim, a vertente radical considera o corpo prostituído como um *corpo usado* e abusado, desapropriado e explorado.

Nota-se que os discursos dominantes de vertente abolicionista contribuem à “vitimização” das pessoas traficadas, recorrendo ao registro discursivo da emoção e da indignação. A vítima é identificada como passiva e ingênua, devido a distúrbios clínicos e patológicos relacionados a traumas anteriores. Para chamar a atenção do público e para que possa se identificar e sentir compaixão pelas vítimas, é preciso configurar o sofrimento como algo reconhecível. Para Didier Fassin (2011), o ser humano é reconhecido através de sua patologia: o corpo em sofrimento, abusado e vitimizado é legitimado em nome da humanidade comum. Aqui opera-se uma redução radical do social para o biológico, de tal modo que o corpo aparece como o último refúgio da humanidade comum. Para obter ajuda, a migrante prostituta, portanto, há de ser descrita como “vítima inocente”, cujo corpo foi torturado ou mutilado ou seja, como vítima a ser resgata. Dessa forma, só se legitima o corpo traficada como corpo “vulnerável”.

Dentro dos debates contemporâneos acerca do tráfico de mulheres, os discursos dominantes, que são, na sua grande maioria abolicionistas, se constroem em torno de uma imagem “típica” da pessoa traficada (BERMAN, 2003). Enquanto por um lado são acentuadas a crueldade e a maldade dos traficantes internacionais, por outro lado são enfatizadas a inocência e a ingenuidade das vítimas, provenientes na esmagadora maioria dos países do hemisfério Sul (JAHIC e FINCKE-

NAUER, 2005). Os discursos dominantes se baseiam principalmente no campo semântico da vulnerabilidade. Os textos oficiais abolicionistas retratam as mulheres traficadas como jovens, pobres, pouco educadas, com situações familiares e sociais difíceis.

Outra característica dos discursos antitráfico é a tendência a infantilizar as migrantes prostitutas proveniente do Sul do globo (DOEZEMA, 2004). Ao associar as migrantes prostitutas a crianças, destaca-se a ideia de que o projeto de migração para Europa com o fim de exercer a prostituição não pode ser o resultado de uma decisão madura, consciente e autônoma, mas uma falta de juízo devido à idade (OSBORNE, 2004). Comparar as migrantes prostitutas a crianças, que são irresponsáveis por lei, evidencia a compreensão geral das mulheres migrantes como ingênuas e incapazes de ser responsáveis pelo seu destino a partir de critério racionais. Facilmente enganadas, portanto, necessitariam de proteção e tutela por parte dos Estados do continente europeu. Insistindo na vulnerabilidade da vítima traficada, os textos internacionais e europeus atribuem uma grande importância para a sua segurança e a saúde física e mental. As vítimas, vistas como inocentes e desamparadas, necessitam de auxílio por parte dos assistentes sociais, que são representados, nesse contexto, como salvadores e protetores.

Além disso, nota-se que as mulheres migrantes têm sido definidas pelos discursos dominantes ocidentais como diferentes, exóticas, raras, em outras palavras como “outras”. As mulheres provenientes dos países do Sul Global são geralmente identificadas a partir de aspectos étnicos e raciais. Por exemplo, a sexualidade das mulheres latinoamericanas e das brasileiras, em particular, tem sido enfatizada como um atributo significativo. No seu estudo sobre as brasileiras na indústria do sexo na Espanha, Adriana Piscitelli (2007) destaca que, além de serem retratadas como mulheres amáveis e carinhosas, as representações comuns definem as brasileiras principalmente pela sua sensualidade e erotismo, como se fossem naturalmente sexualizadas.

De modo geral, as “outras” mulheres, ou seja, aquelas provenientes de etnias, raças, culturas e sociedades fora do mundo ocidental, são

designadas como vítimas, incapazes de autonomia, incultas, sexualizadas e submetidas a modelos tradicionais de gêneros. Essa suposta vulnerabilidade conduz a um segundo passo, à identificação da migrante irregular prostituta como ameaça. O argumento fundamental é que por serem ingênuas, as migrantes se colocam em alto risco de serem enganadas, recrutadas e traficadas por redes criminais transnacionais. Sem permissão de residência, essas mulheres se põem em situação de ilegalidade e portanto, se tornam criminosas frente às leis europeias.

De acordo com a lógica de Claudia Aradau (2004, 2008), a construção da figura da vítima como inocente é uma estratégia que faz parte, de maneira mais ampla, de um discurso humanitário de compaixão, baseado no registro emocional. O processo de vitimização serve de base para o desenvolvimento de uma “política de compaixão”. Ao destacar a desolação da pessoa traficada, apela-se às emoções e ao reconhecimento do sofrimento da vítima para que se possa criar formas de solidariedade. Os textos de direitos e relatórios oficiais, tanto ao nível internacional quanto da União Europeia ou dentro das jurisdições nacionais, enfatizam o papel fundamental dos serviços sociais, no acompanhamento e na reinserção social das prostitutas.

Os assistentes sociais devem oferecer um apoio material e psicológico e ajudá-las se estiverem em situação de perigo. Em última instância, o objetivo é de incentivá-las a deixar o universo da prostituição. A vítima é considerada a partir de uma perspectiva psicológica como “antissocial”, portanto deve ser “curada” e reinserida na sociedade. No caso das migrantes ilegais, os textos estipulam que os Estados devem garantir o regresso das vítimas de tráfico, seja de forma voluntária ou pela força. Aqui, as migrantes prostitutas são reduzidas ao silêncio e os agentes sociais são considerados os mais adequados para representar os seus interesses. Assistimos a um ponto de inflexão: as migrantes traficadas não são apenas consideradas como vítimas a serem resgatadas, mas também como causas de insegurança para os Estados europeus.

O corpo traficado: campo de disputas políticas

Como foi mencionado acima, duas dinâmicas ambivalentes se entrelaçam nas políticas de luta contra o tráfico sexual: por um lado, a crescente compaixão pelas vítimas do tráfico e, por outro, a crescente hostilidade encontra as mulheres ilegais que perturbam a ordem pública e têm estreitas ligações com criminosos. Claudia Aradau (2004, 2008), nos seus estudos sobre a articulação entre as políticas de compaixão e as políticas de risco na securitização do tráfico de seres humanos, revela a criação de um perfil típico da “vítima-criminosa” como base indispensável de uma estratégia política. Constrói-se e articula-se duas imagens ao mesmo tempo, a imagem de um indivíduo em perigo a ser traficado e a de um indivíduo como perigo para a sociedade. Enquanto por um lado, está desenhada a imagem da “vítima” desamparada e inocente, por outro, se destaca a imagem da migrante “ilegal”, que deve ser enviada de volta para o país de origem, sendo considerada uma ameaça à estabilidade e à ordem social europeia.

É com base nessa dupla periculosidade que ocorre a inflexão da compaixão pela vítima para a repressão da migrante ilegal e se desenvolve o duplo processo de vitimização e de criminalização. A imagem ideal da vítima vulnerável, que os atores abolicionistas têm retratado, transforma-se para reaparecer sob os traços de uma “vítima criminosa”, que precisa ser condenada pelo crime que cometeu ao vir para Europa e ao se envolver na prostituição (JAKSIC 2008; 2011). A vítima inocente de traficantes, que merecia compaixão, é transfigurada em uma estrangeira perturbadora, que deve ser expulsa do espaço europeu. Assim, as migrantes traficadas não são mais consideradas como vítimas a serem resgatadas, mas como ameaças para os Estados europeus.

Para Claudia Aradau (2004), a governança do tráfico sexual origina-se da delimitação e da categorização de grupos de “alto risco” de serem traficados. Através do conhecimento psicológico, a gestão dos riscos clínicos cria perfis específicos para conter o risco das categorias de pessoas consideradas tendo problemas mentais e emocionais. *“A risk identity is therefore constituted through a combination of therapeutic*

interventions, pathological categorizations and a statistical calculation of the incidence of certain factors in a population group” (ARADAU, 2004, p. 268). A designação das mulheres traficadas como população “de risco” lhes confere, portanto, uma certa identidade, que permite constituí-las como sujeitos de governança.

Para os profissionais de psicologia, além de ser uma experiência traumática em si para as mulheres, o tráfico é também relacionado a fatores traumáticos no passado da vítima. *“Victims of trafficking thus suddenly begin appearing in reports as doubly traumatized, both by the experience of trafficking and by earlier/childhood experiences of abuse.”* (ARADAU, 2004, p. 272). Os eventos traumáticos no passado da vítima - abuso sexual na infância, ambiente familiar disfuncional, violência doméstica - são evidenciados pelos especialistas, como elementos que aumentam a probabilidade de ser traficada. Nessa visão clínica, o fato de ter sido vítima de tráfico torna-se um indicador de comportamentos futuros de risco. Ao sugerir que a maioria das vítimas de abusos sexuais passados continua experimentando sequelas de longo prazo - distúrbios sexuais, depressão, ansiedade, comportamento suicida -, os estudos psicológicos enfatizam a importância da continuidade do trauma. Assim, por ter sido vítima de abuso sexual ou de tráfico no passado, as mulheres apresentam o risco de ser futura vítima de tráfico ou mesmo futuro ofensor sexual. A continuidade temporal do trauma é precisamente o elemento desencadeador que ativa a lógica da gestão de risco.

“The risk of women migrating or being re-trafficked is thus to be contained and prevented; they are to be surveyed and disciplined, subject to trauma therapy with the purpose of turning them into subjects able to monitor their own risk. Risk technologies have made possible the specification of the victim — previously the object of pity — as inherently and perpetually ‘risky’, thus subverting the emotional promise of the politics of pity and turning it into an abstract suspicion of risk.” (ARADAU, 2004, p. 275).

A construção do perfil típico da migrante prostituta em risco de ser traficada é identificada como uma estratégia que instaura os mecanismos de controle dos corpos das vítimas. Os movimentos e os comportamentos das migrantes são regulados e disciplinados para alinhá-los com os interesses do Estado. A noção de disciplina traduz aqui novas formas de controle biopolítico sobre as migrantes irregulares que transgridam as fronteiras soberanas. Por meio de uma vasta rede de práticas e tecnologias, a “biopolítica” (FOUCAULT, 1976) se constitui uma técnica de governo que gerencia e direciona os corpos das vítimas de tráfico sexual, com o objetivo de sintonizá-los às necessidades do Estado moderno. Segundo Michel Foucault (1976), a noção de biopolítica diz respeito à transformação da forma de governar do Estado, que passou de um poder de morte para um poder sobre a vida, por meio do gerenciamento da população.

O poder soberano se afirma através da governança da vida biológica, em vez da vida política, o que reduz ao cidadão no que Agambem (1998) chama de “bare life”, a vida nua. O sujeito da política não é mais o cidadão, mas a gestão da própria vida biológica em si. Dessa forma, a biologização da política transforma a vida em uma função e reduz a vida às suas essências biológicas, à sua função de sobrevivência. No próximo tópico serão apresentadas teorias que prezam pela superação dessa essencialização da vida por meio de políticas biologizantes, a partir da problematização e de uma desconstrução que dê conta das complexidades vigentes e vá além dos paradoxos fixos e dicotomias imóveis.

Desconstrução e superação da dicotomia *corpo de uso/corpo usado*

A instrumentalização da imagem das migrantes prostitutas na Europa como vítimas passivas, pobres, ingênuas, enganadas e submetidas aos maus-tratos dos traficantes faz parte de uma estratégia discursiva que leva à legitimação da intervenção pública. Para autores da teoria crítica da migração e da prostituição, a figura convencional da “vítima” traficada desamparada alimenta o “discurso de salvação”,

que, de última instância elimina qualquer possibilidade de agência (BERMAN, 2003). Nas representações dominantes, não apenas os interesses e os direitos das mulheres migrantes são ignorados, mas também a sua possibilidade de autonomia, de reivindicação e atuação é neutralizada. Nessa perspectiva, o fato de afirmar que as migrantes irregulares prostitutas são vítimas e criminosas, cria as condições próprias da sua vulnerabilidade e ilegalidade.

As representações têm repercussões muito fortes na maneira em que as políticas antitráfico serão orientadas e nos meios que serão prescritos. Como já foi mencionado, a suposta ingenuidade e vulnerabilidade das migrantes prostitutas serve de argumento para identificá-la como “ameaça”, ou seja como sendo em alto risco de serem enganadas, recrutadas e traficadas por redes criminais transnacionais. As mulheres “outras” designadas como “vítimas” são assim reduzidas aos sujeitos passivos das intervenções imperialistas dos países do primeiro mundo. Nos debates contemporâneos sobre o tráfico sexual, as vozes das vítimas nativas tornam-se irrelevantes, sendo substituídas pela voz do ajudante colonial, que formula estratégias políticas para regular seus corpos e movimentos. Para Laura Augustin:

The protagonists in debates on “trafficking” are first-world citizens, not migrants, and migrant women are routinely characterized as pushed, obligates, or coerced, even when they travel for the same reasons as men: to expand their horizons and get ahead through work (AUGUSTIN, 2005, p. 107).

De acordo com as perspectivas críticas, a desconstrução das categorias simplistas faz-se necessária para que haja um distanciamento de representações dominantes e uniformes da “vítima” traficada, desamparada e sem agência (BERMAN, 2003), em favor de descrições mais apropriadas e multifacetadas da questão do tráfico sexual. Essa leitura crítica desconstrutivista condena o “discurso de salvação”, que retrata as migrantes prostitutas como vítimas passivas, pobres, ingênuas,

enganadas e submetidas aos maus-tratos dos traficantes, uma vez que contribui a negar suas possibilidades de autonomia, reivindicação ou atuação política (SILVA, BLANCHETTE e BENTO, 2010).

Por meio de estudos etnográficos “desconstrutivistas”, muitos teóricos críticos tentam identificar as defasagens entre os discursos dominantes sobre o tráfico sexual e os relatos das experiências vivenciadas pelas pessoas para as quais os programas de combate ao tráfico internacional são direcionados. Adotando métodos de observação participante e entrevistas semiestruturadas com mulheres categorizadas como “vítimas do tráfico”, a ideia é detectar as lacunas entre a retórica sobre o tráfico sexual, e a realidade da migração e do cotidiano. O objetivo é desconstruir a categoria restritiva e homogeneizante de “tráfico”, uma vez que tende a invisibilizar e despolitizar a migração autônoma. Assim, contrapor as histórias de vida de mulheres migrantes permite revelar um projeto de vida muito mais complexo, que vai além do mero objetivo de trabalhar na indústria do sexo. Desvela-se uma realidade altamente heterogênea, feita de escolhas, planejamentos e desejos migratórios, o que abre espaço para o surgimento de histórias singulares, que destacam o papel ativo das mulheres dentro do projeto migratório (ANDRISAJEVIC, 2005).

Adriana Piscitelli (2007), em seu estudo sobre as brasileiras na indústria do sexo na Espanha, destaca que, contrariamente às representações dominantes, a maioria delas já havia oferecido algum tipo de serviço sexual no Brasil, e migraram com este objetivo em mente. Por isso mesmo, muitas mulheres traficadas estariam conscientes sobre o tipo de trabalho que as espera nos países de destino. Segundo Andriajevic (2004), a prostituição poderia ser vista como parte integrante do projeto de migração, como etapa indispensável através da qual as pessoas pretendem criar novas oportunidades na vida. A prostituição formaria parte, nesse sentido, de um movimento de emancipação, uma vez que a garantia de receber um salário diário lhes proporcionaria mais segurança e independência para auto afirmar suas próprias subjetividade (MAYORGA, 2011). Os autores críticos, portanto, chamam a atenção

para motivos de migração que integram questões e desejos pessoais, ressaltando que muitas mulheres querem migrar para explorar lugares famosos, descobrir outras culturas, conhecer novas pessoas, ou para se casar (AUGUSTIN, 2005; MAYORGA, 2011; PISCITELLI, 2007). Além do critério econômico, realizar uma viagem para a Europa é um sonho que inclui a ideia de evolução cultural, o desejo de liberdade e a busca de ampliação do próprio horizonte.

Ademais, autores críticos insistem na noção de “ajuda”, nos projetos de migração das mulheres (AUGUSTIN, 2005; MAYORGA, 2011; PISCITELLI, 2007; SILVA e BLANCHETTE, 2005). Muitas vezes, os processos migratórios são financiados e respaldados de maneira autônoma mediante redes familiares e comunitárias. Desmontando o estereótipo das grandes redes ou máfias organizadas por trás do tráfico, o enfoque está pelo contrário nas redes informais de escala reduzida, constituídas por amigos, vizinhos ou parentes, que viabilizam os projetos de migração. Assim, as pessoas terceiras envolvidas na imigração não são necessariamente grupos poderosos e bárbaros do crime organizado.

Por fim, outra crítica aos discursos de segurança refere-se aos elementos de coerção e de manipulação por parte de grupos criminosos. Na fase de recrutamento, em vez de descrever a relação com os traficantes como abusiva, a maioria das mulheres traficadas identifica os aliciadores como pessoas que propiciam uma oportunidade de trabalho no exterior (AUGUSTIN, 2005). Esses exemplos mostram como, através da lente crítica, cada um dos pressupostos homogeneizantes sobre o tráfico de mulheres pode ser desconstruído.

Além disso, os discursos dominantes tendem a refletir relações dicotômicas, binárias, apresentadas a partir de uma ordem hierarquizada, onde o primeiro termo é valorizado e idealizado, enquanto o segundo é desvalorizado e inferiorizado. De fato, no caso do tráfico sexual e da prostituição, nota-se que as narrativas dominantes se baseiam em uma retórica dualista. A título de exemplo, os trabalhos de Kathleen Barry (1984, 1995) foram criticados pelos autores pós-modernos, por apresentar um discurso da modernização, que vincula a diferenciação entre

tráfico e prostituição independente com o nível de desenvolvimento dos países (PICKUP, 1998).

Constrói-se uma hierarquia de desenvolvimento social e econômico, que situa o tráfico de mulheres no estágio mais primitivo de desenvolvimento. Nessa visão, o tráfico sexual torna-se o arquétipo das sociedades pré-industriais, onde as mulheres são propriedade exclusiva dos homens e portanto, excluídas da esfera pública. No outro extremo da escala, a prostituição independente está associada às sociedades desenvolvidas pós-industriais, onde as mulheres alcançam um nível alto de independência econômica e liberdade social.

Da mesma forma, a distinção entre prostituição voluntária e tráfico sexual fundamenta-se em uma divisão de raça e de classe entre profissionais do sexo (PICKUP, 1998). O estereótipo depreciado da migrante prostituta, passiva, pobre e ingênua, opõe-se outro lado do espectro ao estereótipo idealizado da “trabalhadora do sexo” ocidental ativa, capacitada, e ciente das próprias escolhas. Retratando invariavelmente as mulheres não-ocidentais como vítimas impotentes e vulneráveis, os discursos dominantes sobre o tráfico sexual continuam a designar as mulheres Ocidentais como ponto de referência para a feminilidade moderna, educada e socialmente liberada (MOHANTY, 1991). Portanto, as dicotomias primeiro mundo/terceiro mundo, rico/pobre, branco/preto, ativo/passivo, prostituição voluntária/forçada, representam um leque amplo de modos de demarcação das mulheres julgadas por ser “diferentes” (ANDRIJASEVIC, 2004).

Os estereótipos, definidos como construções estéticas e sociais (DYER, 1993), têm como função condensar e ordenar conotações complexas em imagens simples e fáceis de entender. Organizados em torno de uma narrativa padrão estática, os estereótipos são, portanto, fixos. Isso é particularmente relevante para a figura da vítima de tráfico sexual na perspectiva abolicionista: o estereótipo da vítima inocente e manipulada pelos traficantes permite reduzir a complexidade da sua realidade social. São também uma maneira de preservar a fronteira entre os grupos sociais, especialmente em situações em que diferenças

entre categorias sociais não são claramente perceptíveis. Os estereótipos da trabalhadora do sexo branca europeia, capacitada e consciente das suas próprias escolhas, por um lado e da migrante irregular, traficada e ingênua por outro, permitem discriminar as duas categorias, quando na realidade se misturam e se interpenetram. Portanto, deve-se abalar toda fronteira ou demarcação identitária homogeneizante e abrir espaço para novas formas de flexibilidade ou negociabilidade identitária.

Considerações Finais

Articulamos os conceitos de *corpo de uso* e *corpo usado* ao nos ancorar numa esteira teórica de produção acadêmica e de respaldo para a consecução das ações políticas relacionadas ao tráfico sexual e à economia do sexo. Colocamos em fricção os limites entre o corpo vitimizado e/ou criminalizado, bem como o corpo traficado relacionando-se ao “risco” ou “ameaça” a ser controlado e regulado. Tais paradigmas tem seus momentos de encontros e rupturas, que, no entanto, endossam a formação de estereótipos e paradoxos sociais nos quais a mulher é vista ora como vítima, ora como criminosa ou, como apontou Jaksic (2008; 2011), com essas duas posturas convivendo mutuamente.

Para além da dicotomia *corpo de uso/corpo usado*, o que encontra-se, a partir das trajetórias pessoais dessas mulheres, é um corpo marcado por caminhos biográficos nada óbvios que apontam para uma ambivalência e heterogenidade muito maior em suas motivações, impulsos, desejos e conquistas. As subjetividades complexas e às vezes contraditórias das jovens migrantes se formam a partir de uma interação ambígua entre sobrevivência, aspiração ao estilo de vida hedonista, distanciamento da família, transformação dos modelos tradicionais de autoridade etc. As migrantes prostitutas, por ocuparem posições ambíguas e contraditórias, como mãe, filha, esposa, vítima, migrante ou profissional do sexo, abraçam, resistem e remodelam simultaneamente as representações existentes da feminilidade e do trabalho sexual.

Nesse contexto, a migração é concebida como uma força criativa, moldada ao mesmo tempo, tanto pelas práticas e pelos desejos dos sujei-

tos autônomos, complexos e heterogêneos, como pelas estruturas sociais, culturais e econômicas (PAPADOPOULOS, STEPHENSON e TSIANOS, 2008; MEZZADRA, 2011). É nessa complexidade que podem ser identificados tanto aspectos de vulnerabilidade quanto aspectos de resiliência. As contradições produzidas pela coexistência das duas posições de “vítimas” e “profissionais do sexo” são essenciais para a formação da subjetividade das mulheres migrantes. Da mesma forma, suas corporalidades fogem das rotulações restritivas e exclusivas *de uso* ou *usado*, uma vez que permeiam as fronteiras e delimitações normativas convencionais.

Os debates contemporâneos sobre tráfico sexual e prostituição são permeados pela presença de múltiplas construções binárias. Primeiro mundo / terceiro mundo, mulher branca / negra, rica / pobre, vulnerabilidade / empoderamento, inocência / consciência, tráfico sexual / prostituição, migração forçada / migração autônomas, entre vários outros, são exemplos de pensamentos dualistas entornos dos quais as diferentes abordagens teóricas sobre essas problemáticas se posicionam. Em vez disso, deveríamos compreender as fronteiras, tanto geopolíticas como corporais, não apenas como linhas fixas e imutáveis mas como locais vivos e em constante mutação. Partindo do pressuposto pós-estrutural de que os fenômenos estão em constante transformação, deve-se considerar as delimitações como contingentes e arbitrárias (WALKER, 2010); o que leva a renegar qualquer categorização em termos absolutos.

Sendo assim, embora sejam definidos de forma oposta uma a outra, as categorias de *corpo de uso* e *corpo usado*, e mais geralmente de regularidade e irregularidade do trabalho do sexo, de legalidade e ilegalidade da migração, ou de masculinidade e feminilidade, não são exclusivas ou independentes, mas, pelo contrário, devem ser desconstruídas e analisadas de forma relacional. De fato, as identidades, não são unicamente essencialistas ou socialmente construídas, mas são produtos tanto da estrutura social como da agência individual, uma vez que os indivíduos equilibram o *self* profundo com os constrangimentos do seu ambiente social. Assim, as migrantes trabalhadoras do sexo, da mesma forma que qualquer outro indivíduo, se constituem e

se modelam através uma extrema variação de identidades, expressões, expectativas e normas.

Pensar nas disputas políticas que ocorrem nas linhas de demarcação e de interpretação do corpo traficado, permite abrir espaço para investigar a miríade de figuras de migrantes trabalhadores do sexo, definidas por uma multitude de outras demarcações, como de gênero, classe social, raça, nacionalidade, sexualidade, etc. Integrar as interações múltiplas entre raça/etnia, classe social e cultura permite abalar os pensamentos dicotômicos simplistas, e assim aproximar de forma melhor a complexidade dos fenômenos de prostituição e de tráfico sexual. Abordar a interseccionalidade entre esses diferentes rótulos abre a análise para novas formas de negociação e resistência das migrantes face perante essas categorizações.

Dito isso, os fenômenos da prostituição e do tráfico sexual são moldados pela interação complexa e plural entre forças ao nível macro e processo ao nível micro. Estudar as interações entre as estruturas hegemônicas de dominação de gênero, de raça e de classe, por um lado, e os atos de subjetividade individuais por outro, torna-se, nesse contexto, de importância crucial. É justamente nos espaços intersticiais entre a escala sistêmica e a escala intersubjetiva que são produzidos novos impulsos, novas resistências e novos movimentos que levam às mudanças sociais. Dessa forma, além das condições externas que conduzem os migrantes a atravessar as fronteiras (perseguição, pobreza, desastre, conflito), os movimentos resultam também de processos de decisão subjetivos, que integram as estratégias individuais, familiares e comunitárias para a sobrevivência. Isso chama a atenção para as práticas de subjetividade, que se expressam além das causas objetivas. Trata-se então de integrar a macroanálise – os processos estruturais – com a microanálise – a experiência subjetiva individual – dentro do estudo da migração e da prostituição.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. tr. Daniel Heller-Roazen. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- ANDRIJASEVIC, Rutvica. *Trafficking in women and the politics of mobility in Europe*. Phd Thesis, University of Utrecht, The Netherlands, 2004.
- _____. “La traite des femmes d’Europe de l’Est em Utalie. Analyse critique des représentations”, *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 21, n.1, p 16, 2005.
- ARADAU, Claudia. “The Perverse Politics of Four-Letter Words: Risk and Pity in the Securitization of Human Trafficking”. *Millennium. Journal of International Studies*, v. 33 n. 2, p.251-277, 2004.
- _____. *Rethinking Trafficking in Women: Politics out of Security*. Basingstoke. UK. Palgrave, 2008.
- ARDENNE, Paul. *L’image corps: figures de l’humain dans l’art du XXe siècle*. Paris: Éditions du Regard, 2001.
- AGUSTÍN, Laura Maria. *Sex at the Margins, Labour, Markets and the rescue Industry*. Londres: Zed Books, 2007.
- BARRY, Kathleen. *Female Sexual Slavery*. New York: New York University Press, 1984.
- _____. *The prostitution of sexuality*. New York: New York University Press, 1995.
- BERMAN, Jacqueline. “(Un)popular Strangers and Crises (Un) Bounded: Discourses of Sex-Trafficking, the European Political Community and the Panicked State of the Modern State”. *European Journal of International Relations*, vol. 9, n.1, pp 37-86, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. “Remarques Provisoires sur la Perception Sociale Du Corps”. *Actes de Le Recherche em Scienses Sociales*, nº14, avril, 1977.
- CLINTOCK, Anne. *Sex Workers and Sex Work: Introduction*. *Social Text*, n. 37. Duke University Press, 1993.
- DOEZEMA, Jo. “¡A crecer! La infantilización de las mujeres en los debates sobre tráfico de mujeres”. In: Osborne, Raquel. (ed) *Trabajador@ del sexo – Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona, Bellaterra, p.151-163, 2004.

- DYER, Richard. *The matter of images: essays on representations*. London New York: Routledge, 1993.
- FASSIN, Didier. "Policing Borders, Producing Boundaries. The Governmentality of Immigration in Dark Times". *Annual Review of Anthropology*, v. 40, p. 213-226, 2011.
- FOUCAULT, Michel. "The right to death and power over life". In M. Foucault, *History of Sexuality: Introduction*, v. 1, Penguin, London, 1976.
- JAHIC, Galma. FINCKENAUER, James O., *Representations and misrepresentations of human trafficking*. *Trends in Organized Crimes*, v. 8, n. 3, p. 24-40, 2005.
- JAKSIC, Milena. *Figures de la victime de la traite des êtres humains: de la victime idéale à la victime coupable*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 124, p. 127-146, 2008.
- _____. *De la victime idéale à la victime-coupable. Traite des êtres humains et sociologie des politiques de la pitié*, PhD dissertation, Paris: EHESS, 2011.
- JEFFREYS, Sheila. *The idea of prostitution*. Melbourne: Spinifex, 1997.
- _____. *The industrial Vagina: The Political Economy of the Global Sex Trade*, New York, Routledge, 2005.
- HUGHES, Donna M. *The Natasha Trade: The transnational Shadow Market of Trafficking in Women*, *Journal of International Affairs*, vol. 53, n. 2, p 625-651, 2000.
- KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. *Global Sex Workers: Rights, Resistance and Redefinition*, New York, Londres, Routledge, 1998.
- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MAI, Nick. *Between Embodied Cosmopolitanism and Sexual Humanitarianism: the fractal mobilities and subjectivities of migrants working in the sex industry*. in Baby-Collins, V. and Anteby, L. (eds) *Borders, Mobilities and Migrations. Perspectives from the Mediterranean in the 21st Century*. Brussels, Peter Lang, p. 175-192, 2014.
- MAYORGA, Claudia. *Cruzando fronteiras: prostituição e imigração*. *Cadernos Pagu*, n.37, p. 323-355, 2011.

MENDES, Maria Isabel; PORPINO, Karenine. “Resenha da obra *As paixões ordinárias*”. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 33, nº. 2, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MEZZADRA, Sandro, *The gaze of autonomy. Capitalism, migration, and social struggle*. V Squireedition. *The contested politics of mobility: borderzones and irregularity*, Routledge, London, p. 121-142, 2011.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*, in Chandra Mohanty, Ann Russo and Lourdes Torres, (eds.), *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington, IN: Indiana University Press, p 56, 1991.

OSBORNE, Raquel. (ed.) *Trabajador@s del sexo – Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona, Bellaterra, p.151-163, 2004.

OUTSHOORN, Joyce. *The Politics of Prostitution: Women’s Movements, Democratic States, and the Globalization of Sex Commerce*, Cambridge University Press, 2004.

PAPADOPOULOS, Dimitris; STEPHNSON, Niamh; TSIANOS, Vassilis. *Escape Routes. Control and Subversion in18 the 21st Century*. Pluto Press, London, 2008.

PATEMAN, Carole. *The sexual Contact*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1988.

PICKUP, Francine. *Deconstructing Trafficking in Women: The Example of Russia*, *Millennium: Journal of International Studies*, vol 27, n 4, p 995-1022, 1998.

PISCITELLI, Adriana. *Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p.17-32, 2007.

_____. “Procurando vítimas do tráfico de pessoas: brasileiras na indústria do sexo na Espanha”. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XIX, Nº 37, p. 11-26, jul./dez. 2011.

PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. “Apresentação”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 9-28, dez. 2008.

- RAMIREZ, Juan Antonio. *Corpus solus: para un mapa del cuerpo en el arte contemporáneo*. Madrid: Ediciones Siruela, 2003.
- SHRAGE, Laurie. *Moral dilemma of feminism. Prostitution, Adultery and Abortion*. New York: Routledge, 1997.
- SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus. *Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana*. Cadernos Pagu, vol 25, Campinas, Núcleo de Gêneros Pagu /Unicamp, pp. 249-280, 2005.
- SILVA, Ana. Paula; BLANCHETTE, Thaddeus; BENTO Andressa Raylane. "Cinderella Deceived: Analysing Brazilian Myth Regarding Trafficking in Persons." *Vibrant*, vol. 10 n. 2, p. 377-419, 2010.
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. BH: Argvmentvm, 2010.
- WALKER, Robert. B. J. *After the Globe, Before the World*. London and New York: Routledge, 2010.
- WIJERS, Marjan. *Women, labor and migration: the position of trafficked women and strategies for support*. IN Kamala Kempadoo and Jo Doezema (EDS). *Global sex workers: Rights, resistance and redefinition*. New York Routledge, p 69-78, 1998.